

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS
CNPJ: 05.787.273/0001-41

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)

Exercícios Findos em:	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
ATIVO TOTAL		<u>6.981.559,27</u>	<u>3.604.001,66</u>
ATIVO CIRCULANTE		<u>4.922.397,45</u>	<u>1.611.621,29</u>
Caixa e Equivalente Caixa	4	4.590.115,58	390.297,07
Clientes – Contas a Receber	5	316.460,16	1.220.376,68
Estoques	6	15.821,71	947,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>2.059.161,82</u>	<u>1.992.380,37</u>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	<u>479.006,30</u>	<u>474.650,00</u>
Crédito a Receber	7.1 (a)	200.000,00	200.000,00
Depósitos Judiciais	7.1 (b)	274.650,00	274.650,00
Créditos por Cauções	7.1	4.356,30	0,00
IMOBILIZADO	8	<u>1.580.155,52</u>	<u>1.517.730,37</u>
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO TOTAL		<u>6.981.559,28</u>	<u>3.604.001,66</u>
PASSIVO CIRCULANTE		<u>827.571,47</u>	<u>540.235,81</u>
Fornecedores	9.1	34.928,43	66.362,72
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.2	524.378,07	400.885,87
Obrigações Fiscais e Tributárias	9.3	54.890,34	61.624,27
Outras Contas a Pagar	9.4	213.374,63	11.362,95
		0,00	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>2.521.180,33</u>	<u>2.765.493,86</u>
Obrigações Fiscais e Tributárias	10.1	1.758.556,14	2.002.869,67
Provisão de Riscos	10.2	562.624,19	562.624,19
Outros	10.3	200.000,00	200.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.632.807,47</u>	<u>298.271,99</u>
Capital Social	11.1	749.900,00	749.900,00
Reservas de Capital	11.2	1.619.875,18	1.619.875,18
Lucro/Prejuízos Acumulados	11.3	1.263.032,29	(2.071.503,19)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


Kassy Anne J.F. Silvestre
Diretora Adm.e Financeira


Francisco Tarcísio R de Abreu
Presidente


Andréa Regina de Sá
Contadora - CMTc
CRC-GO 10821

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS


CNPJ: 05.787.273/0001-41

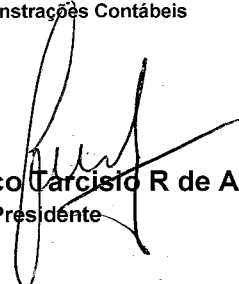
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM R\$)

Exercícios Findos em: 31 de dezembro de 2020 e 2021

	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Líquida	12	7.040.263,38	5.519.865,99
(-) CSV - Custo de Serv. Prestados	13	(4.106.119,12)	(4.143.104,79)
(=) Lucro Bruto		<u>2.934.144,26</u>	<u>1.376.761,20</u>
(-) Despesas Operacionais		(4.472.403,06)	(4.039.452,93)
Comerciais	14	(1.932,00)	(6.208,50)
Administrativas	15	(4.099.229,68)	(3.791.218,83)
Despesas Gerais	16	(339.897,05)	(211.190,08)
Depreciação e Amortização		(31.344,33)	(30.835,52)
(=) Resultado Antes das Rec e Desp Financ		<u>(1.538.258,80)</u>	<u>-2.662.691,73</u>
(-) Resultado Financeiro	17	5.389.850,31	2.027.496,09
(=) Resultado Antes dos Tributos s/ Lucro		<u>3.851.591,51</u>	<u>-635.195,64</u>
(-) Prov de IRPJ e CSLL	18	-	-
(=) Lucro antes do Imp. Renda/Contribuições		3.851.591,51	-635.195,64
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		<u>3.851.591,51</u>	<u>-635.195,64</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Kassy Anne J.F. Silvestre
Diretora Adm.e Financeira


Francisco Tarcísio R de Abreu
Presidente


Andrea Regina de Sá
Contadora - CMTC
CRC-GO 10821

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS

CNPJ: 05.787.273/0001-41

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(EM R\$)**

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido total
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Aumento do Capital Social				-
Reserva para Investimentos			(635.195,64)	(635.195,64)
Prejuízo do Exercício			(29.093,63)	(29.093,63)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(2.071.503,15)	298.272,03
Saldos em 31/12/2020	749.900,00	1.619.875,18		
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Aumento do Capital Social				-
Reserva para Investimentos			3.851.591,51	3.851.591,51
Prejuízo do Exercício			(517.056,03)	(517.056,03)
Ajustes de Exercícios Anteriores			1.263.032,29	3.632.807,47
Saldos em 31/12/2021	749.900,00	1.619.875,18		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Kassy Anne J.F. Silvestre
Diretora Adm.e Financeira


Francisco Yarciso R de Abreu
Presidente



Andréa Regina de Sá
Contadora - CMTC
CRC-GO 10821

CMTC - CIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS**CNPJ: 05.787.273/0001-41****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em R\$)

Exercícios Findos em:	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		<u>3.851.591,51</u>	<u>-635.195,64</u>
Ajustes por:			
Depreciação		31.344,33	30.835,52
Ajuste de Exercícios Anteriores		(572.659,00)	-
Juros de Parc Tributários de LP		71.653,00	73.183,52
Resultado líquido após o ajustes		<u>3.381.929,84</u>	<u>(531.176,60)</u>
(Aumento)/Redução de Ativos Circulantes		884.686,05	320.934,97
(-) clientes e outros		903.916,52	300.719,18
(-) (Aumento) ou Redução em Estoques		-14.874,17	20.215,79
(-) (Aumento) ou Redução em Creditos a Receber		-4.356,30	-
Aumento/(Redução) de Passivos Circulantes		279.427,45	(115.153,37)
(+) Aumento (Redução) em Fornecedores		(31.434,29)	6.371,51
(-) Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas		115.583,99	(129.343,02)
(+) Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Tributárias		(6.733,93)	894,40
(+) Aumento (Redução) em Outros		202.011,68	6.923,74
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>4.546.043,34</u>	<u>(325.395,00)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de compra de ativo imobilizado		(93.769,48)	(97.017,04)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(93.769,48)</u>	<u>(97.017,04)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações Fiscais e Tributárias - Parcelamento LP		(252.455,35)	(244.932,21)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		<u>(252.455,35)</u>	<u>(244.932,21)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>4.199.818,51</u>	<u>(667.344,25)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período		390.297,07	1.057.641,32
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		4.590.115,58	390.297,07
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		<u>4.199.818,51</u>	<u>-667.344,25</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Kassy Anne J.F. Silvestre
Diretora Adm.e Financeira
Francisco Tarcisio R de Abreu
Presidente
Andréa Regina de Sá
Contadora - CMTC
CRC-GO 10821**COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS**1ª Avenida nº 486 - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás - Tel.: (62) 3524-1818
presidencia@cmtc.goiania.go.gov.br - CEP 74605-020

Notas Explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em reais R\$)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC é uma empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade anônima de Capital Fechado que têm por objeto planejar, desenvolver, coordenar, controlar e fiscalizar a operação (o gerenciamento) do Sistema Integrado de Transporte Coletivo do Aglomerado Urbano de Goiânia e micro-regiões. Foi criada pela Lei Municipal nº 8.148 de 03 de janeiro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 1.909 de 04 de julho de 2003, registrada na JUCEG em 17/07/2003. Sua gestão é disciplinada pela Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e normas complementares.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Lei 6.404/76, consubstanciadas, principalmente, no que tange à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cujas sínteses estão apresentadas na NOTA 3 a seguir.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Classificações de **Itens Circulantes e Não Circulantes no Balanço Patrimonial**, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não-circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação, os itens nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem numerários em poder da Empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações contábeis de curto prazo e de alta liquidez. Estes estão mensurados ao valor justo de realização.

Ativos Financeiros, os instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis e contas a pagar. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizado a taxa efetiva, quando se tratar de recebíveis.

Contas a Receber, correspondem aos valores a receber provenientes da Gestão dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros no contexto único da RMTC- Rede Metropolitana de Transportes Coletivos no decurso normal das atividades da companhia.

Os estoques estão registrados pelo custo; O custo é determinado usando o método do custo médio.

Imobilizado é contabilizado de acordo com seu custo histórico, que faz jus ao valor de aquisição do bem respeitando o desembolso financeiro gerado no ato da compra, valor este reconhecido na contabilidade, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Provisão para férias e encargos é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

As Provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido apresentadas pelos assessores jurídicos da companhia.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto despesas.

A Receita na demonstração de resultado é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Compensações entre Contas como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Depósitos Bancários a Vista	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0	0,00	6.964,80
Banco do Brasil – Ag.1610/ 85159-0 F. R.	361,71	2.169,07
Banco do Brasil – Ag.1610/945587	0,00	11.362,95
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0	0,00	80.588,55
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0 Fundos II		
Banco do Brasil – Ag.1610/ 65140-0 Fundos III	1.165.410,56	0,00
Caixa Econômica Federal – Ag.2510/78257-5	2.293.937,58	0,00
Caixa Econômica Federal – Ag.2510/78257-5 Aplic	2.816,30	0,00
Banco do Brasil – Ag.1610/945587 – Fundo Aplic	963.658,95	289.211,70
	163.930,48	0,00
TOTAL	4.590.115,98	390.297,07

NOTA 5 – CLIENTES - CONTAS A RECEBER

5.1 PARCELA DE PODER CONCEDENTE –PPC

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Rápido Araguaia Ltda.	127.497,55	185.718,93
Metrobus Transportes Coletivos Ltda.	61.465,06	276.279,81
H P Transportes Coletivos Ltda.	75.440,95	45.264,78
Viação Reunidas Ltda.	29.861,71	107.872,68
Coop. de Transp. do Estado de Goiás – COOTEGO	22.194,89	32.581,48
TOTAL	316.460,16	646.517,68

Os valores referem-se aos contratos de concessão de serviços relacionados à Rede Metropolitana de transportes Coletivos (RMTC), repassados mensalmente à CMTC a título da Parcela do Poder Concedente-PPC, conforme previstos nos respectivos contratos e seus aditivos, com as CONCESSIONÁRIAS.

5.2 MULTAS CONTRATUAIS

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Rápido AraguaiaLtda.	0,00	151.576,00
H P Transportes Coletivos Ltda.	0,00	140.172,00
Viação Reunidas Ltda.	0,00	42.446,00
Metrobus	0,00	210.640,00
Coop Transporte do Estado de Goiás - COOTEGO	0,00	27.825,00
TOTAL	0,00	572.659,00

Em conformidade com orientação do despacho nº 2540, de 09 de setembro de 2021 da Secretária de Contas de Governo do Tribunal de Contas do Município do Estado de Goiás e proferida em reunião do Conselho de Administração da CMTC em 03 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 572.659,00 (quinhentos setenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e nove reais) e lançado no Ativo Contingente em exercícios anteriores está sendo baixado neste exercício. Motivo da baixa: reconhecido no Balanço Patrimonial em desacordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 (R2)

NOTA 6 – ESTOQUE

No almoxarifado consta, no seu inventário Bens de Consumo os itens são mensurados pelo valor de custo, incluindo os custos de aquisição e é determinado pelo método de custo médio.

Descrição	2021(Em Reais)	2020 (Em Reais)
Material de Consumo - Almoxarifado	15.821,71	947,54
TOTAL	15.821,71	947,54

NOTA 7 - ATIVO REALIZÁVEL - NÃO CIRCULANTE

Descrição	2021(Em Reais)	2020 (Em Reais)
Valores a Receber Concessionárias (a)	200.000,00	200.000,00
Depósitos Judiciais (b)	274.650,00	274.650,00
Créditos por Cauções	4.356,30	
TOTAL	479.006,30	474.650,00

(a) **Valores a Receber Concessionárias**, referem-se ao acordo realizado com a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Goiânia, transcrito no ofício nº 490/2 e está vinculado à Deliberação nº 48 da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia.

(b) **Dos Depósitos Judiciais** o valor de R\$ 274.650,00 refere-se a consignação em pagamento efetuada no processo de desapropriação nº 200904185537, tratando-se de efetivo pagamento pela CMTC de um lote desapropriado no qual o credor já levantou, inclusive, 80% deste montante não havendo qualquer valor a restituir à Companhia.

NOTA 8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE / IMOBILIZADO

a) Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido	Líquido
				2021	2020
Terrenos - Área Terminal de Ônibus	-	1.345.211,18	-	1.345.211,18	1.345.211,18
Móveis e Utensílios	10%	107.393,12	(80.877,06)	26.516,06	25.627,18
Veículos	20%	66.115,00	(27.215,00)	38.700,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	10%	117.314,98	(81.646,83)	35.668,15	35.525,87
Computadores/Perif	20%	335.736,97	(202.022,09)	133.714,88	110.433,34
Ferramentas	20%	7.111,07	(6.886,38)	224,69	224,69
Instalações	10%	54.867,61	(54.747,05)	120,56	708,11
Totais		2.033.749,93	(453.594,41)	1.580.155,52	1.517.730,37

b) Movimentação do Custo

Discriminação	Movimentação				Custo
	2020				
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Terrenos - Área Terminal de Ônibus	1.345.211,18	---	---	---	1.345.211,18
Móveis e Utensílios	103.603,12	3.790,00	---	---	103.603,12
Veículos	27.415,00	38.700,00	---	---	27.415,00
Máquinas e Equipamentos	115.935,50	1.379,48	---	---	115.935,50
Computadores/Perif	285.836,97	49.900,00	---	---	285.836,97
Ferramentas	7.111,07	---	---	---	7.111,07
<u>Instalações</u>	<u>54.867,61</u>				<u>54.867,61</u>
Totais	<u>1.939.980,45</u>	<u>93.769,48</u>	---	---	<u>2.033.749,93</u>

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O Método linear ou cotas constantes, consiste na divisão do total do saldo de vida útil do bem a depreciar, pelo número de anos de vida útil. Vejamos a fórmula abaixo:

$$DL = \frac{PV - R}{n}$$

Este é o método de depreciação, usual pelas principais administrações públicas, por ser o método de depreciação aceito pela RFB – Receita Federal do Brasil, conforme Regulamento do Imposto de Renda e instruções normativas e legislações complementares.

Por este método, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem. Dessa forma, o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos. Vejamos a tabela padrão utilizada.

Classe Bem	Taxa Anual	Anos de Vida útil
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores e Periféricos	20%	5
Ferramentas	20%	5

Os terrenos são avaliados ao custo de aquisição e não são depreciados porque a sua vida útil é considerada indefinida. Custos adicionais, que aumentem a vida útil de ativos tangíveis são capitalizados. Não há custos de empréstimos associados à construção de ativos tangíveis registrados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

NOTA 8.1 AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (TESTE DE IMPAIRMENT):

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No decorrer do exercício de 2021, a CMTC deu início ao processo de avaliação do Valor Recuperável dos Ativos, tendo sido implementado o controle patrimonial, no entanto, não tendo sido finalizado o procedimento em prazo hábil para encerramento das demonstrações, sendo que tal processo será continuado no decorrer do exercício de 2022.

NOTA 9 - PASSIVO CIRCULANTE

9.1 FORNECEDORES A PAGAR

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
DCA Auditores Independentes	4.692,50	0,00
CONEPAR Part. E Empreendimentos	18.500,00	50.110,56
IPASGO	8.798,73	13.807,69
OI S/A	1.322,86	1.202,28
Directa Prime Soluções em Impressão	1.614,34	1.242,19
Outros Fornecedores	0,00	0,00
TOTAL	34.928,43	66.362,72

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores (Telefone, Aluguel, Material de Consumo, etc.), no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

9.2 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Vencimento	5.604,73	0,00
13º Salario	2.335,30	0,00
Rescisão de Contrato de Trabalho	0,00	0,00
Remuneração Conselho Fiscal/Adm/Comj	13.253,25	10.014,87
Férias a Pagar e Provisão de Férias	56.793,95	102.986,92
Auxilio Alimentação	0,00	0,00
INSS a Recolher	140.085,18	2.023,42
FGTS	29.531,56	0,00
Provisão INSS s/Férias	16.356,66	29.660,23
Provisão FGTS s/Férias	4.534,18	8.225,39
Parcelamento - INSS Simplificado	255.883,25	247.975,04
TOTAL	524.378,07	400.885,87

O valor de **R\$ 13.253,25** refere-se à Remuneração dos Conselhos Fiscal e de Administração foi estabelecida em ata registrada em 21/06/2004 e 25/05/2001 e da COMJI-Comissão Julgadora de Infrações, na deliberação CDTC 69 de 2012.

O Valor de **R\$ 140.085,18** de INSS a recolher da folha de pagamento de Dezembro de 2021, sendo **R\$103.054,49** patronal e **R\$ 37.030,70** retido dos funcionários.

O valor de **R\$ 255.883,25** refere-se a débitos previdenciários que foram parcelados:

a) Em 12/09/2017 na modalidade PERT/RFB em 145 meses;

B Os valores correspondem às 12 parcelas com exigibilidade até o final do exercício social subsequente, o qual incide, multas e juros de mora sobre o valor original, acrescidos de Selic.

O Valor de **R\$ 56.793,95** é constituída em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

O valor de **R\$ 16.356,66** esta relacionado à provisão de INSS com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

O Valor de **R\$ 4.534,18** esta relacionado à provisão de FGTS com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais.

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS

1ª Avenida nº 486 - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás - Tel.: (62) 3524-1818
presidencia@cmtc.goiania.go.gov.br - CEP 74605-020

5
RA
A
Q

9.3 OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
ISSQN a Recolher	57,07	1.511,30
PIS a Recolher	3.770,14	0,00
IRPJ a Recolher s/Serviços	75,00	0,00
COFINS/CSLL/PIS s/Serviços	232,50	0,00
IRRF a Recolher	50.755,63	60.112,97
TOTAL	54.890,34	61.624,27

9.4 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
APORTE FINANCEIRO A RECOLHER	207.984,82	11.362,95
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	478,99	0,00
BANCO CEF - CONSIGNADO	4.668,18	0,00
VALOR SOC DE CREDITO DIRETO - CONSIGNADO	184,08	0,00
MULTAS DE TRANSITO	58,56	0,00
TOTAL	213.374,63	11.362,95

A importância de **R\$ 207.984,82**, refere-se rendimento de aplicação do valor principal de repasse feito pelo Governo do Estado de Goiás - Plano Emergencial para as Empresas da RMTC, por força do Processo Judicial nº 5296722.47.2020.8.09.0051, Ação Civil Pública em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia e que coube a CMTC, por decisão da Justiça, somente ser o agente receptor e repassador dos recursos às empresas concessionárias. A CMTC aguarda determinações oriunda do processo original, para transferir a quem de direito o saldo remanescente referente os valores da aplicação financeira.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS NÃO CIRCULANTE

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2021	2020	2021	2020
INSS PARCELADO	255.883,25	247.975,04	1.758.556,14	2.002.869,67
TOTAL	255.883,25	247.975,04	1.758.556,14	2.002.859,67

O Parcelamento dos Débitos tributários previdenciários no valor **R\$ 1.758.556,14** correspondem às parcelas com exigibilidade após o final do exercício social subsequente, o qual incide, multas e juros de mora sobre o valor original, acrescidos da Selic.

- a) Em 12/09/2017 na modalidade PERT/RFB em 145 meses;

10.2 PROVISÃO DE RISCOS

	Riscos		Provisão Registrada	
	Possíveis	Prováveis	2021	2020
Fiscais (i)	-	562.624	562.624	562.624
Cíveis (ii)	130.802.599,72	-	-	-
Trabalhistas	74.130,93	-	-	-
Depósitos recursais	-	-	-	-
Subtotal	130.876.730,66	562.624	562.624	235.923
Honorários de assessores jurídicos	-	-	-	-
Total	130.876.730,66	562.624	562.624	235.923
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	562.624	235.923

- (i) **Riscos Fiscais** – Se refere a provisão de IRPJ e CSLL que não vem sendo objeto de pagamento em razão da Companhia entender que possui imunidade tributária destes tributos, conforme ação judicial relacionada abaixo.
- (ii) **Riscos Cíveis** – Com base na opinião dos consultores jurídicos internos, a Diretoria da Companhia entende que os riscos de natureza cível são qualificáveis como possível, dada que na maioria dos processos a CMTC não é a demandada principal das ações promovidas contra a mesma, já que os demandados principais são as concessionárias de serviços públicos.

Em relação aos Riscos de natureza fiscal e tributária, a CMTC, em 2008 ingressou com ação judicial de nº 2008.35.00.020875-2, cujo escopo foi requerer a Declaração do Direito à Imunidade Tributária, baseado no Art. 150, VI, da Constituição Federal, cujo processo encontra-se em trâmite no judiciário:

- a) De acordo com o caput do art. 13 da lei 9.718 de 27 de novembro de 1998, a opção pelo regime tributário é facultada ao contribuinte sujeito passivo, desde que tal obrigatoriedade não esteja enumerada no art. 14 da mesma lei, por esse motivo **COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC**, poderia optar pelo regime de tributação do Lucro Real baseada na legislação mencionada sendo reforçada também pelo inciso IV, do art. 14 da referida legislação.
- b) Levando em consideração o regime tributário do Lucro Real, esclarecemos a seguir de forma detalhada os tributos envolvidos:

A lei nº 12.860/2013 **para zero** as alíquotas do Pis e Cofins vinculados os serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário, e aquaviário de passageiros, inclusive no território da região metropolitana regularmente constituída.

- c) Conforme NBC TG 25 (R2) e CPC 25 foram realizadas, como se devido fosse, a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido no valor de **R\$ 562.624,19 (quinhentos e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos)**, com apuração e lançamento em 2019, até a haja a decisão da ação impetrada em 2008, conforme relatado acima.

10.3 OUTROS

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
COOTEGO	200.000,00	200.000,00
TOTAL	200.000,00	200.000,00

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da CMTC – Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos está construído por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas com valor unitário de R\$ 1,00 por ação, estando assim distribuídas:

Ações Subscritas (Acionistas)

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Prefeitura Municipal de Goiânia	749.900,00	749.900,00
Governo Estado de Goiás	250.000,00	250.000,00
Membros do Conselho de Administração	100,00	100,00
SUB-TOTAL	1.000.000,00	1.000.000,00

(-) Ações a Integralizar

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Governo do Estado de Goiás	-250.000,00	-250.000,00
Membros do Conselho de Administração	-100,00	-100,00
SUB-TOTAL	-250.100,00	-250.100,00
TOTAL	749.900,00	749.900,00

Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria Geral do Estado, autos 2016000030187 o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição.

Houve publicação no Jornal Diário da Manhã realizada em 13/03/2018 com a seguinte redação: "realizar no prazo de 30 (trinta) dias a prestação correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) das ações à ele subscritas na constituição da Companhia, procedendo o pagamento das 250.000 (duzentos e cinquenta mil) ações nominativas que compõem o capital social da Empresa o que corresponde a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), devidamente corrigidos, devidos pelo acionista orantificado.

Com relação a este a Companhia está pleiteando a integralização com o valor atualizado desde da data de assinatura da ata de constituição da Companhia, haja vista a perda do valor do recurso notempo.

11.2 RESERVA DE CAPITAL

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Doações e Subvenções p/ Investimentos(a)	14,00	14,00
Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital (b)	100,00	100,00
Reserva p/ Investimentos Concorrência 01/2007 (c)	1.619.761,18	1.619.761,18
TOTAL	1.619.875,18	1.619.875,18

- (a) **As Doações e Subvenções para Investimentos** referem-se a Bens Móveis transferidos do acervo da TRANSURB, apropriados pelo custo histórico.
- (b) O Saldo apresentado o em **Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital** refere-se a integralização a maior realizada em 2003 pela Prefeitura Municipal de Goiânia.
- (c) Os saldos referentes a conta **Reserva para Investimentos Concorrência**, referem-se aos repasses oriundos da contrapartida estabelecida nos contratos celebrados para a capacitação dos serviços públicos utilizados em investimentos na infraestrutura, previstos no PMTC (Programa Metropolitano de Transporte Coletivo), inserido no Plano Diretor Setorial de Transporte Coletivo, conforme detalhamento referente as notas explicativas nº 8, referente a aquisição de terrenos vinculados ao respectivo convenio.

11.3 PREJUÍZOS ACUMULADOS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.162.614,59	-645.558,56
Lucros/Prejuízos Acumulados	2.425.646,88	-1.425.944,63
TOTAL	1.263.032,29	-2.071.503,19

Em 2021 apuramos montante em Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 572.659,00, vide Nota 5.2.

NOTA 12 - RECEITA LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
PARCELA DO PODER CONCEDENTE - PPC	6.800.667,38	5.452.088,99
PPC Cootego	512.453,92	397.603,27
PPC HP Transportes	1.688.597,89	1.405.700,87
PPC Metrobus	1.242.723,88	855.977,96
PPC Rápido Araguaia	2.692.094,79	2.273.649,36
PPC Viação Reunidas	664.796,90	519.157,53
SERVIÇOS PRESTADOS	67.777,00	67.777,00
Taxa de Vistoria CMTC	203.132,00	55.393,00
Rec. De Prest. De Serv. - CMTC	36.464,00	12.384,00
TOTAL	7.040.263,38	5.519.865,99

A Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC tem por fonte ordinária de recursos, a Parcela do Poder Concedente – PPC, devida mensalmente ao percentual de 2% sobre as passagens vendidas e transportadas a partir do mês 06/2019, pois anteriormente era de 1%, por todos os operadores de transportes coletivos integrantes do Sistema Integrado de Transportes, conforme Contrato de Concessão dos Serviços celebrado individualmente, entre a CMTC e as concessionárias: Metrobus Transportes Coletivos Ltda, Rápido Araguaia Ltda, HP Transportes Coletivos Ltda, Viação Reunidas Ltda, e Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás - COOTEGO; É importante mencionar que a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC tem a função de agente normativo, regulador e fiscalizador do transporte coletivo, não podendo ser considerado como venda de serviços prestados.

O valor de **R\$ 203.132,00**, são oriundas de taxas de vistoria, na forma do capítulo XII Art.36 do regulamento operacional da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, e **R\$ 36.464,00** são oriundas de Receita Prestação de Serviços pela CMTC.

A Lei Complementar nº 34/2001, em seu parágrafo 6º artigo 3º, estabelece que para a gestão do transporte coletivo do Sistema de Integração de Transporte – SIT, todos os recursos materiais e todos os direitos e prerrogativas seriam transferidos por sucessão da TRANSURB S/A e AGR, para Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC.

NOTA 13 – CUSTOS DE SERV. PRESTADOS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
PESSOAL E ENCARGO		
Remuneração	2.781.092,56	2.740.460,39
Encargos Sociais	908.870,86	962.062,09
Benefícios Aux. Alimentação	416.155,70	440.582,31
TOTAL	4.106.119,12	4.143.104,79

Como custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante destes é o custo com folha de pagamento, que para apresentação das demonstrações financeiras de 2020, comparativas a 2019, foi adotado um critério de rateio baseado na planilha abaixo, onde foi constatado que do total de despesas incorridos com folha de pagamento 53% estão vinculados à atividade fim da Companhia, ou seja, à Diretoria Técnica e à Diretoria de Fiscalização, desse modo apenas as despesas com pessoal vinculadas a essas atividade é que foram consideradas custos.

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%	PARTICIP	MOD
DESP PRESI	170.464,92	34%	47%	DESPESA
ADM/FINAC	65.348,87	13%		
DIR. TECN.	128.721,22	26%	53%	CUSTO
FISCALIZ	137.478,41	27%		
TOTAL	502.013,42		100%	

NOTA 14 – DESPESAS OPERACIONAIS / COMERCIAIS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Anúncios e Publicidade	1.200,00	1.200,00
Serviços Gráficos	732,00	5.008,50
TOTAL	1.932,00	6.208,50

As despesas deste elemento da DRE abrangem desde anúncios e publicidade junto aos usuários do sistema de transporte público, como estimativa de perdas com recebíveis derivados da receita do PPC – Parcela do Poder Concedente ou outros serviços prestados pela CMTC em aberto (provisão para crédito de liquidação duvidosa).

NOTA 15 - DESPESAS OPERACIONAIS/ ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
PESSOAL E ENCARGO	3.818.639,97	3.633.729,87
Remuneração	2.643.616,42	2.438.884,64
Encargos Sociais	805.979,82	819.534,37
Benefícios Aux. Alimentação	369.043,73	375.310,86
UTILIDADES/MAT DE ESCRITÓRIO / VIAGENS	57.373,70	48.034,81
SERVIÇOS EM GERAL	73.265,10	92.008,95
IMPOSTOS E TAXAS	149.950,91	17.445,20
TOTAL	4.099.229,68	3.791.218,83

Assim como ocorre nos custos dos serviços de gestão prestados pela CMTC, o componente mais relevante dos elementos das Despesas Operacionais é a despesa com folha de pagamento (Pessoal e Encargos) que representam 90% dessas despesas. Para apresentação das demonstrações financeiras de 2021, comparativas a 2020, foi adotado um critério de rateio baseado na planilha apresentada na Nota 13, onde foi constatado que do total de despesas incorridos com folha de pagamento 47% estão vinculados às atividades de apoio, administrativa e financeira da Companhia, desse modo apenas as despesas com pessoal vinculadas a essas atividade é que foram consideradas despesas.

NOTA 16 - DESPESAS OPERACIONAIS / DESPESAS GERAIS

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
Telefone	28.935,28	33.219,30
Água e Esgoto	4.293,69	0,00
Energia Elétrica	41.741,01	0,00
Copa Lanches e Refeições	681,93	3.063,58
Locações	264.245,14	174.907,20
Locação de Imóveis	227.889,44	138.726,68
Locação de Máquinas	19.524,20	18.900,52
Locação de Software	16.831,50	17.280,00
TOTAL	339.897,05	211.190,08

NOTA 17 - RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
RECEITAS FINANCEIRAS	5.467.747,62	2.106.764,74
Juros Ativos - Rend de Aplic Financ	75.279,37	5.681,17
Descontos Obtidos	0,00	83,56
Repasse Prefeitura	5.392.210,25	2.100.000,00
MULTA CONTRATUAL - LC/39	258,00	1.000,00
Multa Contratual – LC/39 - CMTC	258,00	1.000,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(77.897,31)	(79.268,64)
Tarifas Bancárias	(6.244,31)	(4.959,38)
Multas e Juros de Mora Fiscais	(71.653,00)	(74.309,26)
TOTAL	5.389.850,31	2.027.496,09

Receitas Financeiras no valor de R\$ 75.279,37, são oriundas de Juros Ativos provenientes de rendimentos de aplicações financeiras; o valor de R\$ 5.392.210,25, refere-se a valores recebidos da Prefeitura de Goiânia por determinação da Lei nº 10.614, de 22 de abril de 2022, art.4º, que concede Subvênção Econômica a CMTC, realizada em parcelas iguais e mediante prévia apresentação de relatório mensal dos gastos à Secretaria Municipal de Finanças, o valor de R\$ 258,00 são originados de multas aplicadas nos termos dos contratos de concessão firmados com as respectivas entidades.

Despesas Financeiras estão relacionadas com despesas bancárias e juros e encargos de mora, sobre parcelamentos realizados junto ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

NOTA 18 – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO – PROV. DE IRPJ / CSLL

DESCRIÇÃO	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
LUCRO ANTES DO IR/CSL	3.851.591,51	-2.071.503,19
(-) Prejuízo Fiscal		0,00
LUCRO REAL		0,00
CSLL 9%		0,00
IRPJ 15 + 10%		0,00
TOTAL	3.851.591,51	-2.071.503,19

Foi apurado em 2021, Lucro antes do IR/CSL um valor de R\$ 3.851.591,51. A obtenção deste resultado só foi possível considerando que a Prefeitura Municipal de Goiânia fez repasse a CMTC a título de SUBVENÇÃO ECONÔMICA no valor de R\$ 5.392.210,25, conforme Lei Municipal nº 10.614, de 22 de abril de 2021. A solicitação e autorização da Subvenção pelo Poder Legislativo, só foi possível e viabilizado em função da queda significativa da Receita da CMTC – PPC (Parcela do Poder Concedente), que é repassado pelas empresas Concessionárias do Transportes Coletivo, afetado sobremaneira com o advento da pandemia COVID 19. Portanto, a natureza da transferência extra orçamentária para a CMTC, é ajuda financeira em caráter excepcional, para cobrir despesas de manutenção da Companhia e não prejudicar o seu funcionamento. Desta forma, entende-se que o valor da subvenção repassado em parcelas mensais, mediante apresentação de relatórios que demonstrassem a necessidade dos recursos financeiros, não pode ser considerado para cálculo do CSLL e IRPJ.

NOTA 19 – DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

A DFC informa as entradas e saídas de recursos financeiros da Companhia segregadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no exercício de 2021 comparado a 2020. As alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, estão demonstradas na DFC pela Metodologia Indireta, ou seja, partindo do Resultado do Período apurado na Demonstração de Resultado do Exercício.

19.1 AJUSTES AO RESULTADO OPERACIONAL

Descrição	2021 (Em Reais)	2020 (Em Reais)
AJUSTES ANTERIORES	-517.056,03	-29.093,63
TOTAL	-517.056,03	-29.093,63

Conforme verifica-se no item 5.2, desta NE, foi baixado em 2021 o valor R\$ (-) 572.659,00 – Ajustes de Exercícios Anteriores, proveniente a baixa no ativo contingente, em consequência de recomendação do TCM-GO e considerando que foi procedido o lançamento de R\$ (+) 55.602,97 proveniente de ajustes de juros pela Selic parcelamento PERT/RFB/INSS exercício 2020, o valor dos Ajustes ao Resultado Operacional, totalizou o montante de R\$ (-) 517.056,03.

19.2 FINANCIAMENTOS

A entidade teve como fonte de recursos, os repasses mensais pelas concessionárias integrantes do Sistema Integrado de Transportes Coletivos, conforme edital de concorrência CMTC nº 001/2007 e recebimento de multas. Não houve no exercício de 2021, empréstimos ou outra forma de captação e/ou destinação de recursos.

19.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras do exercício, em 31 de dezembro de 2021, além dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, não ocorreram quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações de Fluxos de Caixa apresentadas, que requeira que seja mencionado.

O Novo corona vírus (COVID-19) trouxe impactos financeiros para a Companhia, cujos montantes impactou significativamente a principal receita da Companhia, o PPC – Parcela do Poder Concedente, haja vista que esta têm como fator gerador o valor da receita obtida pelas concessionárias, onde atualmente são repassados o equivalente a 2% de suas receitas à CMTC. Com as medidas de segurança adotadas pelo Governo houve considerável redução da receita

das concessionárias, refletindo na utilização de transportes públicos pelos usuários, em razão das restrições de locomoção adotado. Espera-se que a melhora importante nos índices de contaminação e letalidade pela COVID – 19, no exercício de 2022 e seguintes, a situação econômica financeira das empresas concessionárias se recupere e de consequência, a receita principal da CMTC, que é Parcela do Poder Concedente – PPC.

NOTA 20 – DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO PATRIMÔNIO LIQUIDO

Adotou-se o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, como também no reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

As demonstrações foram elaboradas adotando o valor contábil como base de valor, e o resultado do exercício, foi apurado de acordo com as operações realizadas no exercício de 2021.

20.1 PATRIMÔNIO LIQUIDO

O Patrimônio Líquido da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC no valor **R\$ 3.632.276,52** (três milhões seiscentos trinta e dois mil e duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), estando constituído conforme a seguinte estrutura:

- **Capital Social – Idem nota explicativa 11.1**
- **Reservas – Idem nota explicativa 11.2**
- **Lucro/Prejuízos Acumulados – Idem nota explicativa 11.3**

20.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor/Reais
Resultado no Exercício de 2021	2.425.646,88
Resultado Acumulado em 2021	1.263.032,29

O resultado foi apurado com base no regime de competência do exercício, demonstrado com um Lucro do período de **R\$ 2.425.646,88** (dois milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), sendo que o saldo do acumulado no exercício de 2021, incluído o ajuste de exercícios anteriores no valor de (R\$ 1.162.614,59) (hum milhão cento e sessenta e dois mil e seiscentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos) perfaz o montante de **R\$ 1.263.032,29** (hum milhão e duzentos e sessenta e três mil e trinta e dois reais e vinte e nove centavos),

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Teve como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

Demonstramos a formação do resultado líquido do exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, conforme composição a seguir:

(a) Receita Líquida de Concessão – Faz juzàs receitas auferidas pela Companhia fazendo correlação receita operacional bruta, conforme estrutura conceitual da DRE. Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

(b) Custo de Gestão dos Serviços – Faz juz aos custos apurados no período, fazendo correlação na estrutura conceitual da DRE a conta “Custos das Vendas/Prestação de serviços” Composição financeira descrita na nota explicativa 13.

(c) Despesas Operacionais/Despesas Gerais – As despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos, que se relacionam diretamente com o objeto social e econômico do órgão, e que não sejam de custeio direto da operação. Aqui nesta rubrica em específico, tratamos das despesas gerais e não recorrentes, que não são ligadas diretamente a atividade operacional. Composição financeira descrita na nota explicativa 16.

(d) Despesas Operacionais/Despesas Administrativas – Nesta seção específica, demonstramos as despesas administrativas que compreendem todos os custos e desembolsos que a entidade possui e que são fixos e indiretos ao negócio da empresa. Composição financeira descrita na nota explicativa 15.

(e) Outras Receitas/ Despesas Operacionais – As outras receitas/despesas são todas aquelas provenientes da atividade secundária ou derivativa da Empresa, no qual por motivo pré-estabelecido em estatuto, ela reconheça obrigações ou direitos decorrentes destas operações.

(f) **Resultado Financeiro** – São provenientes de aplicações e operações financeiras, oriundas da utilização dos numerários que se encontram em giro na entidade. Composição financeira descrita na nota explicativa 17.

NOTA 22 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 divulgado sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/2008 e pela Resolução CFC nº 1.145/2005 determina que os relacionamentos entre a controladora e controladas ou coligadas devem ser divulgados independentemente de ter havido transações entre essas partes relacionada.

Gostaríamos de salientar que no exercício de 2021 a CMTC não realizou operações com partes relacionadas.

NOTA 23- AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria autorizou, em 07 de abril de 2022, a conclusão das demonstrações financeiras e notas explicativas referente ao exercício de 2021.

As demonstrações foram elaboradas adotando o regime de competência, de acordo com os saldos acumulados e as operações realizadas no exercício de 2021.

Era o que nos cumpria apresentar em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento.

Goiânia, 31 de Dezembro de 2021.


Kassy Anne J.F. Silvestre
Diretora Adm. e Financeiro


Francisco Tarcísio Ribeiro de Abreu
Presidente


Aurea Mª Oliveira Pitaluga
Diretora Técnica


Cleiton Aparecido Lemos
Diretor de Fiscalização


Andréa Regina de Sá
Contadora CRC/GO 10821

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Sócios, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC

CNPJ Nº 05.787.273/0001-41

GOIÂNIA - GO

Opinião com Ressalva e Ênfase

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, levantado em 31 de dezembro de 2021 compreendendo o balanço patrimonial (BP), a demonstrações do resultado do exercício (DRE), do resultado abrangente, a mutações do patrimônio líquido (DMPL) e a demonstração de fluxos de caixa (DFC) para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC, em 31 de dezembro de 2021 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

De acordo com as análises da auditoria sobre a movimentação do ano de 2021 e sua apresentação nas peças contábeis, cabe ressaltar o seguinte aspecto:

1. Da não realização do teste de Recuperabilidade dos Ativos – Seção 17 da NBC TG 1000 (R1)

Verificamos no decorrer de nossas análises, que apesar de iniciado o processo do teste de recuperabilidade dos ativos bem como implementou o controle patrimonial, o processo não foi finalizado em tempo hábil para o fechamento das demonstrações contábeis, sendo que o mesmo será finalizando no decorrer do exercício de 2022. Tal procedimento é requerido no Pronunciamento CPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, NBC TG 01 (R4), bem como exigido pela NBC TG 1000 (R1) na Seção 14.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, destacamos os pontos a seguir, para conhecimento geral:

1. Conforme Nota Explicativa nº 11.1 “Foi protocolado processo administrativo na Procuradoria do Estado, autos 2016000030187 o qual solicita que o Acionista remisso Governo do Estado de Goiás cumpra o determinado na legislação vigente e proceda a integralização do capital social no montante de 25% (vinte e cinco por cento) das ações nominativas, que estão pendentes de integralização desde a data de constituição da Companhia, ou seja, desde 17/07/2003, conforme registrado em ata de constituição”;
2. Consta nas Notas Explicativas na nota nº 10.2 “Provisão de Risco”, que a CMTC possui ações judiciais no polo Passivo, classificadas como Risco Possível no montante de R\$ 130.876.730,66 (cento e trinta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta e seis centavos), verificamos também que conforme detalhado no relatório Jurídico, este montante se refere à um total de vinte e quatro (24) ações, mas apenas uma (01) ação é responsável por 76,45% deste montante, sendo este o processo de nº 0315363-47.2015.8.09.0051 no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) cuja probabilidade de perda foi classificada como Possível.

3. Conforme apresentado na Nota Explicativa 10.2, foi mencionado o montante de R\$ 562.624,19 a título de Contingência Ativa Tributária, referente ao IRPJ e CSLL apurados em 2019 (R\$ 161.635,81 a título de CSLL, e R\$ 400.988,38 a título de IRPJ), que não foram recolhidos em razão da Companhia impetrar ação fiscal pleiteando a imunidade tributária. Conforme apresentado pela Nota Explicativa juntamente com o relatório de processos jurídicos fornecido pela área jurídica da companhia, tal processo está classificado como "Provável, mas não praticamente Certo", o que exige da companhia a apenas a devida menção em Notas Explicativas conforme exigido pela NBC TG 1000 na Seção 21, item 21.13.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2020, foram auditadas por nós auditores, tendo sido emitido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, com 4 ressalvas e 4 ênfases, datado de 07/04/2021.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Legislação mencionada no parágrafo de opinião deste relatório e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do

alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 14 de abril de 2022.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-GO Nº. 000757/O-6 – CVM 6971 – CNPJ 26678045/0001-03

Thiago Silva Marinho

Sócio, CRC/GO: 014432/0

Sócio

Balanceamento Patrimonial table with columns for ATIVO, PASSIVO, and DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO. Includes sub-sections for Demonstração do Resultado do Exercício and Demonstração do Resultado do Exercício.

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPLETAS, COM MUTUAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, NOTAS ESPLICATIVAS DA DIRETORIA, AUDITADA PELA ENTIDADE AUDITORIA INDEPENDENTE S/C, ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Localiza Imóveis Ltda. CNPJ: 03.306.164/0001-30, estabelecida à Avenida dos Alpes, nº 1.441, Quadra 85, Lote 17, Jardim Europa, Goiânia/GO, notifica nos termos da lei e do contrato, os inadimplentes a seguir descritos em seus respectivos lotes, para purgarem sua mora no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual pela cláusula resolutiva expressamente prevista.

Table of Promissário Comprador with columns for CPF, Contrato, Qd, and Lt. Lists multiple buyers and their respective contract details.

EDITAL CROGO - 15/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - DANIELLE FARIA SEIXO DE BRITTO - CROGO-12.854.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 25 (VINTE E CINCO) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à cirurgião-dentista DANIELLE FARIA SEIXO DE BRITTO, CD, inscrita sob o nº. CROGO 12.854, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. CROGO 12.854, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 763/2014, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 16 de julho de 2021.

EDITAL CROGO - 14/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - WESLEY VITOR DE MATOS - CROGO 11.275.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 05 (CINCO) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista WESLEY VITOR DE MATOS, CD, inscrito sob o nº. CROGO 11.275 em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 763/2014, de acordo com a decisão final do Plenário do Conselho Federal de Odontologia, por unanimidade, em 12 de agosto de 2021, que reformou a decisão do CRO-GO.

EDITAL CROGO - 10/ 2022 CENSURA PÚBLICA À ENTIDADE PRESTADORA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - EPAO GOLD ODONTOLOGIA CROGO-EPAO-1.145.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 05 (CINCO) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à Entidade Prestadora de Assistência Odontológica - DAIANNY KELLY RODRIGUES FIDELIS-ME (Nome fantasia: GOLD ODONTOLOGIA), inscrita sob o nº. CROGO 1.145, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 27/2018, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 31/05/2019.

Licitmais Brasil logo and contact information. Includes phone number 0800 887 0450 and website www.licitmais.com.br.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FMS RIO VERDE - GO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PE 014/2022. Details procurement process for medical equipment and services.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS. Includes logo and contact information for Adson Henrique Furquim Leal.

EDITAL nº01/2022 - LOTEAMENTO. Detailed notice for a lot sale, including location, area, and terms of sale. Includes a site plan image.

EDITAL CROGO - 12/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - ANDREA ALVES DE FARIA D'ASSUNÇÃO - CROGO 11.157.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à cirurgião-dentista ANDREA ALVES DE FARIA D'ASSUNÇÃO, CD, inscrita sob o nº. CROGO 11.157 em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 763/2014, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 24 de agosto de 2018.

EDITAL CROGO - 11/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - DAIANNY KELLY RODRIGUES FIDELIS - CROGO-12579.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 05 (CINCO) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à cirurgião-dentista DAIANNY KELLY RODRIGUES FIDELIS, CD, inscrita sob o nº. CROGO 12.579 em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 27/2018, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 31 de maio de 2019.

EDITAL CROGO - 07/ 2022 CENSURA PÚBLICA À ENTIDADE PRESTADORA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - EPAO IOR - INSTITUTO DE ODONTOLOGIA RISO CROGO-EPAO-1038.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 05 (CINCO) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à Entidade Prestadora de Assistência Odontológica - IOR - INSTITUTO DE ODONTOLOGIA REABILITADA INTEGRADA EM SAUDE ORAL LTDA ME (Nome fantasia: IOR INSTITUTO DE ODONTOLOGIA RISO), inscrita sob o nº. CROGO 1038, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 76/2018, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 30/06/2021.

EDITAL CROGO - 13/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - VÍCTOR HUGO FURQUIM DE FREITAS ALVES - CROGO 9.304.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista VÍCTOR HUGO FURQUIM DE FREITAS ALVES, CD, inscrito sob o nº. CROGO 9.304, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 763/2014, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 24 de agosto de 2018.

EDITAL CROGO - 06/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - WEILLER WILLIS ALVES - CROGO-12453.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista WEILLER WILLIS ALVES, CD, inscrito sob o nº. CROGO 12.453, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 80/2018, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 03 de maio de 2021.

EDITAL CROGO - 05/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - GILCIMAR WATHERSON GUERRA TOME CROGO-11416.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 03 (TRÊS) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista GILCIMAR WATHERSON GUERRA TOME, CD, inscrito sob o nº. CROGO 11.416, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 21/2019, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 30 de junho de 2021.

EDITAL CROGO - 09/ 2022 CASSACAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL AD REFERENDUM DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA À TÉCNICA EM SAUDE BUCAL TSB - MARIA HELENA RODRIGUES DA SILVA FIDELIS - CROGO-TSB-335.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS torna PÚBLICA a aplicação da CASSACAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL AD REFERENDUM DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA À TÉCNICA EM SAUDE BUCAL TSB, inscrita sob o nº. CROGO 335, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 27/2018, de acordo com a decisão final do Plenário do Conselho Federal de Odontologia, por unanimidade, em 10 de junho de 2021.

EDITAL CROGO - 08/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - GUSTAVO FARIA LEAL - CROGO - 10932.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 06 (SEIS) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista GUSTAVO FARIA LEAL, CD, inscrito sob o nº. CROGO 10.932, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 29/2017, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 03 de maio de 2021.

EDITAL CROGO - 03/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - DANIELLE FARIA SEIXO DE BRITTO - CROGO-12854.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, à cirurgião-dentista DANIELLE FARIA SEIXO DE BRITTO, CD, inscrita sob o nº. CROGO 12.854, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 763/2014, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por maioria, em 30 de junho de 2021.

EDITAL CROGO - 02/ 2022 CENSURA PÚBLICA AO CIRURGIÃO-DENTISTA CD - AUGUSTO FERREIRA DA MAIA - CROGO-15197.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 15 (QUINZE) ANUIDADES, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista AUGUSTO FERREIRA DA MAIA, CD, inscrito sob o nº. CROGO 15.197, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 69/2019, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por unanimidade, em 15 de outubro de 2021.

EDITAL CROGO - 04/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - NATALIA MORAIS PEIXOTO CROGO-CD-15673.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 01 (UMA) ANUIDADE, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista NATALIA MORAIS PEIXOTO, CD, inscrita sob o nº. CROGO 15.673, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 15/2019, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por maioria, em 30 de junho de 2021.

EDITAL CROGO - 04/ 2022 CENSURA PÚBLICA À CIRURGIÃO-DENTISTA CD - NATALIA MORAIS PEIXOTO CROGO-CD-15673.

O Conselho Regional de Odontologia de Goiás torna PÚBLICA a aplicação da pena de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, e a aplicação de PENA PECUNIÁRIA DE 01 (UMA) ANUIDADE, previstas nos Artigos 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica Res-CFO-118/2012, ao cirurgião-dentista NATALIA MORAIS PEIXOTO, CD, inscrita sob o nº. CROGO 15.673, em Processo Ético tramitado neste Conselho sob o nº. 15/2019, de acordo com a decisão final do Plenário do CROGO, por maioria, em 30 de junho de 2021.

Associação Goiana do Nefre AGN COMUNICADO. Apresentação da chapa - Biênio 2022/2024. Includes logo and contact information for the board.